

OS DESAFIOS DA ESCRITA FEMININA NA HISTÓRIA DAS MULHERES

THE CHALLENGES OF WOMEN IN WRITING HISTORY OF WOMEN

Losandro Antonio Tedeschi

Resumo: A História das Mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história, não são apenas destinadas à reprodução, são agentes históricos e possuem uma historicidade das relações entre os sexos. Refletir e escrever tal história significa levá-las a sério, superar o espinhoso problema das fontes e criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível.

Palavras-chave: história das mulheres, escrita feminina, gênero

Abstract: The History of Women is a relatively new venture and reveals a profound transformation: it is linked closely to the notion that women have a history, not only for breeding, but also as historical agents, possessing a historicity of the relations between the sexes. To reflect and write such a story means taking them seriously, overcome the thorny problem of the sources and criticize the structure of a story presented as universal, in the words that are not only to explain the gaps and missing links, but also to suggest another possible reading

Keywords: history of women, feminine writing, gender

O ESQUECIMENTO E A HISTÓRIA DAS MULHERES.

A primeira dificuldade que o(a) historiador(a) precisa enfrentar quando se dedica ao estudo da história da escrita feminina decorre do que se pode denominar de “natureza masculina”, ou androcentrismo da História, que tem ocultado o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade. São muitos os autores que salientam a invisibilidade na história imposta às mulheres. George Duby e Michelle Perrot (1990, p.7), por exemplo, questionam:

Escrever a história das mulheres? Durante muito tempo foi uma questão incongruente ou ausente. Voltadas ao silêncio da reprodução materna e doméstica, na sombra da domesticidade que não merece ser quantificada nem narrada, terão mesmo as mulheres uma história?

As contribuições que os estudos de gênero nos últimos tempos têm dado às ciências humanas e sociais são inquestionáveis, pois, além de tirarem as mulheres da invisibilidade do passado, levantaram um conjunto de questões e reflexões metodológicas importantes. Essas pesquisas apontam para a necessidade de se historicizar os conceitos e categorias analíticas que nos foram delegados pelas narrativas tradicionais, levando-nos ao desafio de captar as transições dos modelos interpretativos da história e alimentar uma nova experiência social crítica em relação aos tradicionais paradigmas culturais hegemônicos masculinos. Scott, (1992) na mesma direção de Bourdieu (1995), adverte para a necessidade de se considerar a existência de uma história a ser escrita que aborde a noção de representação e dominação do poder desigual da história dada pela dominação masculina. São os homens que formulam as regras, que organizam a sociedade, que estabelecem territórios e fronteiras.

As mulheres, sem dúvida, participaram/participam da produção histórica e literária, mas pela “porta dos fundos”, assim como em todos os setores da vida produtiva e ativa das sociedades. A “improdutividade” das mulheres nas narrativas históricas não pode ser avaliada sem a procura pelos aspectos que fundamentaram o imaginário social na história, bem como as representações que mostraram, em certos contextos históricos, as mulheres como seres do silêncio por sua própria natureza ou destinadas, na divisão do trabalho, às tarefas do corpo, da procriação, da casa e do privado.

Se o silêncio apareceu na história como um atributo feminino, que constituía parte do suposto mistério constitutivo da mulher, e mesmo do feminino enquanto ideal, é preciso rever seu lugar e pensar os espaços do silêncio no qual as mulheres foram “confinadas”, resultado de um poder simbólico que a impôs papéis e identidades.

Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. De certo modo, o passado encoberto pela névoa das representações hegemônicas precisava ser reinterrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras ferramentas interpretativas, criadas fora do modelo androcêntrico das ciências humanas e sociais.

A história tem sido, desde sempre, o lugar da legitimação e do domínio. O controle e a distribuição da palavra escrita, encarregada principalmente pelos homens letrados, os escritores, os cronistas e os historiógrafos, implicou num uso e abuso do poder simbólico em narrar, relatar e significar determinadas parcelas da realidade ligadas diretamente aos triunfos, aos grandes atos heroicos, com pretensões de superioridade e feitos de grande poder.

Durante muito tempo, a escrita e o saber estiveram – e ainda, talvez, continuem – relacionados ao poder e foram usados como formas de dominação e de exclusão de determinadas vozes que tentaram ecoar algum som em meio ao silêncio que era

imposto para que se mantivesse a ordem social em uma sociedade de base falocêntrica, patriarcal, machista e sexista.

Mesmo assim, o discurso hegemônico do patriarcalismo não conseguiu abafar determinadas vozes, principalmente de algumas mulheres insatisfeitas com o rótulo de o “segundo sexo” e que, por isso, não se submeteram à subordinação. Por causa, dentre outros fatores, das tentativas de subversão à ordem do pai, a integração de mulheres/escritoras no universo da escrita foi marcada por uma trajetória bastante dolorosa, principalmente porque escrita e saber, além de serem usados como forma de dominação, “ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até mesmo sentimentos esperados em determinadas situações” (TELLES, 2002, p. 402), eram tidos como ferramentas exclusivas do espaço masculino.

Durante muito tempo, foram negadas às mulheres a autonomia e a subjetividade necessárias à criação, consequência da manipulação, do controle da palavra e da escrita. Isso assegurou a instalação do poder, da lei, do imaginário social na História (com H maiúsculo), e também trouxe como consequência a legitimação de uma minoria social, que assegurou, determinou e confinou as ferramentas do pensar, vedando às mulheres o livre exercício da autonomia do narrar e do escrever. O patriarcado teve, como uma de suas funções na história, a construção e a reprodução de uma memória implacável, imóvel, endurecida e controladora do poder epistêmico.

A história das mulheres narra e revela uma história do silêncio¹, uma história do confinamento, mais do que do esquecimento. Para fazer justiça ao passado, não basta elencar as mulheres que fizeram parte dessa história, como se um mero arquivo pudesse dar sentido à memória, resgatando ou enterrando simbolicamente nossas mulheres mortas, injustiçadas e esquecidas. O futuro acadêmico da produção própria feminina depende de ações de retomada, resgate e salvação do presente. A ação reflexiva - declarada no feminismo - precisa atingir a todos promovendo outra maneira de fazer e interpretar a história.

Dentro do cenário literário e historiográfico, a escrita produzida por mulheres teve – e continua tendo – de conviver com uma política de ocultamento que trouxe consequências praticamente irreparáveis. Muitas foram as mulheres que, embora com a “pena em riste”, não puderam se expressar e tiveram sua obra e sua intelectualidade sujeitas ao Outro, ao sujeito masculino.

AS MULHERES NO MUNDO PÚBLICO

O século 19, que assistiu à entrada da mulher em vários ramos de atividade, também assistiu a um intenso debate entre a compatibilidade da feminilidade com o trabalho assalariado, ou seja, os espaços no mundo público. Os debates morais

¹ Na acepção de Michele Perrot.

centravam-se em saber: qual o impacto do trabalho feminino nas obrigações de esposa e de mãe? Quais tarefas são compatíveis com a “natureza” feminina?

Ana Colling (2014, p.13) ao afirmar que as “mulheres ainda são apresentadas como morais, frágeis, dóceis, emotivas, amantes da paz, da estabilidade e da comodidade do lar, incapazes de tomar decisões, desprovidas da capacidade de abstração, intuitivas, crédulas, sensíveis, ternas e pudicas”, nos remete a atualidade das representações que continuam a definir os sexos a partir dos discursos misóginos na história. Segundo a autora, ao necessitar por natureza ser submissas, dirigidas e controladas por um homem, mesmo que de maneira contraditória, o discurso simbólico remete a uma natureza feminina morfológica, biológica e psicológica. Esta “debilidade” natural, congênita das mulheres, legitimaria sua sujeição, inclusive de seu corpo.²

Na História das Mulheres a dimensão da linguagem, dos discursos, passa a ser uma ferramenta de análise importante, não como meio de representação da realidade, mas como um sistema de significação, já que intervém ativamente na produção de significados que se atribuem ao mundo real e a partir dos quais se organiza e dá sentido à prática.

Chartier (1995, p.41), ao afirmar que a linguagem não é só vocabulário, mas também discurso (um conjunto de formas conceituais, culturalmente estabelecidas, de perceber, aprender e fazer inteligível nosso contexto e nosso cotidiano) nos alerta que os conceitos linguísticos se referem à realidade e a designam, bem como contribuem para a elaboração da imagem que temos dela e, portanto, influem na maneira em que experimentamos o mundo e nosso lugar nele.

A mulher, ao longo da história, internalizou a naturalidade da discriminação, tornando-se, assim, difícil para ela romper com esta imagem de desvalorização de si mesma. Ela acabou aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.

Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não foi registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que elas estiveram presente, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos, desconstruindo a história da história feminina para reconstruí-la em bases mais reais e igualitárias.

² É interessante observar que, durante a 1ª guerra mundial, as mulheres, por serem consideradas fracas, doentes e meigas não podiam trabalhar fora do lar. Elas deveriam ficar enclausuradas sob o olhar prescritivo de seu senhor. No início da guerra, os homens foram chamados ao campo de batalha, enquanto que as fábricas e as minas precisavam continuar produzindo riquezas para o país. As mulheres foram, então, convocadas para trabalharem nas minas de carvão e nas indústrias bélicas, e precisaram dirigir bondes e trens. Quando terminou a guerra, os homens voltaram com seu discurso: “mulheres, vocês são meigas, doces, fracas... seu físico não é compatível com serviços desta natureza. Voltem para seus lares”. E elas novamente se submeteram à imposição masculina. Na 2ª guerra repetiu-se o mesmo discurso, mas elas já haviam tirado as anquinhas, os espartilhos e desfeito os coques dos longos cabelos.

Na história da literatura de autoria feminina, o desenvolvimento da prática de escrita dos mais diferentes gêneros textuais, literários e historiográficos pode ser visto como algo que ocorreu marcado pela necessidade das mulheres de se inscreverem no mundo masculino das letras e pelo risco iminente de serem apagadas dele. Inscrever-se e poder ser apagada foi o dilema que atormentou muitas das mulheres que se aventuraram a escrever.

Algumas escritoras, embora indecisas entre guardar ou não seus escritos, optaram pela primeira alternativa, e hoje é possível ter acesso ao modo como viveram, pensaram e representaram a realidade da qual faziam parte. Das mulheres que optaram por se livrar de seus escritos restam apenas referências esparsas, nenhuma obra ou o completo anonimato.

Apesar de camufladas por uma política e uma história de silenciamento, elas procuraram formas para subverter essa situação e/ou para resistir, fazendo do silêncio uma arma a favor de si próprias, conforme afirma PERROT (2005, p. 10):

Evidentemente, as mulheres não respeitaram essas injunções. Seus sussurros e seus murmúrios correm na casa, insinuam-se nos vilarejos, fazedores de boas ou más reputações, circulam na cidade, misturados aos barulhos do mercado ou das lojas, inflado às vezes por suspeitos e insidiosos rumores que flutuam nas margens da opinião. Teme-se a sua conversa fiada e sua tagaralice, formas, no entanto, desvalorizadas da fala. Os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História.

As fontes tidas como não-oficiais são, portanto, uma via alternativa para o resgate de algumas das práticas da memória feminina, revelando traços do feminino, sobretudo em esferas privadas. Como fomos forjados dentro de uma tradição que cristalizou formas de ser e de existir e canonizou, por sua vez, determinadas fontes para estudos acadêmicos, é preciso, pois, fazer ouvir os murmúrios de outras fontes, dar voz ao silêncio que, durante muito tempo, singularizava as mulheres.

Para Luiza Lobo (2006), do ponto de vista teórico, a escrita de autoria feminina precisa criar, politicamente, um espaço autônomo dentro do universo da literatura mundial mais ampla, onde a mulher possa expressar a sua sensibilidade a partir do ponto de vista de um sujeito de representação própria, o que sempre constitui um olhar da diferença. O cânone literário de autoria feminina, segundo Lobo, se modificará muito se a mulher retratar vivências resultantes não de reclusão ou repressão, mas sim a partir de uma vida de sua livre escolha, com uma temática que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas “domésticas” e “femininas” bem como de outros estereótipos do “feminino” herdados da história e ainda hoje associados à mulher.

Se certas fontes foram credenciadas, outras não receberam as devidas indicações para serem reconhecidas como objeto de registro histórico e, portanto, tomadas como elementos de análises científicas. Como as fontes “oficiais” não falam das mulheres, cujos traços foram apagados da esfera privada e pública, é preciso buscar também fontes alternativas a partir das quais traços do feminino se façam notar e mostrem a

resistência das mulheres às investidas da opressão masculina. Visto que a escrita era um fruto proibido para as mulheres, era-lhes permitido, nas raras exceções, aproximar-se desse fruto desde que ele não as fizesse cair em tentação, ou seja, escrever.

Desde o final do século XVIII as mulheres podiam escrever desde que os seus escritos não ferissem a moral e os bons costumes. Escrever, por exemplo, receitas ou registrar como manter a casa em ordem era, dentro do código patriarcal, referendar os valores da cultura patriarcal. Todavia, escrevendo sobre aquilo a que estavam mais próximas, as mulheres foram, paulatinamente, adentrando no universo da escrita. Também, sobre isso, disse Perrot (2005, p.13):

O uso [da escrita], essencial, repousa sobre o seu grau de alfabetização e o tipo de escrita que lhes é concedido. Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...), elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente. Debates e combates balizam estas travessias de uma fronteira que tende a se reconstituir, mudando de lugar.

QUESTÕES PARA PENSAR A “AVENTURA” INTELLECTUAL DO FEMININO

Diante de todos os fatos que marcaram a escrita feminina, discorreremos sobre algumas ferramentas epistemológicas indispensáveis para pensar a história das mulheres e sua relação com a produção intelectual, seja ela literária ou científica. Segundo Ana Maria Colling³, há várias categorias que precisam ser incorporadas na reflexão literária e historiográfica. Uma delas é a representação:

Entendendo representação como os diferentes grupos culturais e sociais são apresentados nas diferentes formas de inscrição cultural, nos discursos e nas imagens pelos quais a cultura representa o mundo social. Virginia Woolf (1996) ao falar sobre *Profissões para Mulheres*, em um discurso de 1931, conta que a paz familiar não foi quebrada pelo arranhão de uma caneta, mas que se quisesse resenhar livros, precisaria travar uma batalha com um fantasma feminino que aparecia entre ela e o papel enquanto estava escrevendo. O fantasma era compassivo, encantador, abnegado e sacrificava-se diariamente. Era tão condescendente que nunca tinha uma ideia ou desejo próprio e a pureza era considerada sua maior beleza. Ele incomodava tanto que foi preciso matá-lo: “tive que matá-lo senão ele teria me matado. Teria arrancado o coração de meu texto”. Ele demorou a morrer, ele era o *Anjo do Lar*. É mais difícil matar um fantasma que uma realidade. Matar o *Anjo da Casa* era parte das tarefas de uma escritora. “Creio que ainda passará um longo tempo antes que uma mulher possa sentar para escrever um livro sem encontrar um fantasma para ser assassinado, uma rocha para ser golpeada”.

³ COLLING, Ana Maria. Gênero e Educação: Um diálogo Possível? Revista Contextoe Educação-Editora UNIJUÍ - Ano 19 - nº 71/72 - Jan./Dez. 2004 - P.31

Este conto de Virginia Woolf retrata a dificuldade das mulheres em ultrapassar as barreiras do espaço privado, marcadas em sua identidade pela força da representação. Os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem, quem fala pelo outro, quem o representa e controla as formas de falar do outro. É nessa perspectiva que os discursos (no sentido Foucaultiano) e as representações (no sentido de Chartier) situam-se num campo estratégico de poder no fazer histórico. Os discursos estão localizados entre relações de poder que definem o que eles dizem e como dizem e, de outro, efeitos de poder que eles colocam em movimento. A representação produz sujeitos. Mas para ser eficiente precisa apagar as marcas de sua construção. Deve parecer natural, histórico, imutável e permanente.

Ao internalizar a naturalidade da discriminação, impostas pelas representações e discursos, torna-se difícil para a mulher romper com essa imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina, indo ao que chamamos de *consentimento*.

Segundo Geneviève Fraisse (2012, p.12), *o consentimento* é uma outra categoria importante para pensar a história das mulheres. A autora nos diz que o consentimento não é somente expressão, ato ou movimento de uma mulher consigo mesma, mas também é palavra, gesto, movimento que se dirige a outros e que está definido por uma relação desigual com outra pessoa e pelas circunstâncias sociais, políticas e culturais. A questão do *consentimento* é central no funcionamento de um sistema de poder, seja ele social ou sexual, devendo ser objeto de estudo a dominação masculina também como dominação simbólica, que supõe a adesão das próprias dominadas a categorias e sistemas que estabelecem a sujeição. Sem falar em *consentimento* não é possível falar em relação de gênero, pois ele inculcou-se profundamente na vida das mulheres.

Por este motivo, Pierre Bourdieu (1995) lembra que não basta ser do sexo feminino para ter uma visão da história das mulheres, porque a visão feminina é uma visão colonizada, dominada, que não vê a si própria. O pesquisador recomenda que um objeto maior da história das mulheres deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantem às mulheres o consentimento nas representações dominantes da diferença entre os sexos. Se não fosse assim, como explicar que meninos e meninas, gerados e criados em seus primeiros anos de vida por mulheres, frequentando a escola e assistidos basicamente por mulheres, têm, mesmo assim, pré-conceitos quanto aos papéis e gênero?

O *Gênero*, categoria indispensável para pensar a história das mulheres, é hoje a grande ferramenta que possibilita uma avaliação mais rica sobre as mudanças, permanências e rupturas que as mulheres vivenciaram nas últimas décadas, devido às transformações acontecidas, particularmente a ideia relacional, social e histórica frente às visões essencialistas, e suas dimensões simbólicas e subjetivas. Afirmando seu caráter relacional de gênero, Joan Scott (1995) afirmou que o estudo separado da

história das mulheres podia servir para compensar sua relação marginal com respeito ao sujeito estabelecido como dominante. Joana M^a Pedro e Ana Maria Veiga (2015, p.306) avançam nessa análise quando afirmam:

O conceito deu base a outros tipos de pesquisa histórica que, ao mesmo tempo em que fogem ao campo do feminismo, o complementam. Os trabalhos acadêmicos sobre masculinidades multiplicaram-se nas universidades brasileiras na última década, abrindo caminho para se pensar a contrapartida do que se chamou inicialmente “relações de gênero”. Nem só de mulheres se faz essa história, que contesta a construção do sujeito “homem” como modelo universal. A subjetividade e a fragilidade deste sujeito também foram expostas, como elementos omitidos na performance social de uma heteronormatividade aprendida desde a infância e cobrada a partir dela.

A ideia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la. Por fim, nas palavras das autoras (2015, p.307),

Essas e outras tensões levam a pensar em gênero como um conceito que, mais do que qualquer fixidez, nos oferece instabilidade e fluidez, que melhor representam as relações sociais que atravessam o tempo e chegam à atualidade. Tendo emergido desde o início sob rasura e tensão, com as reivindicações intrínsecas ao início dos anos 1980 sobre questões envolvendo raça, etnia, classe e outras possíveis intersecções sociais, gênero mostra-se ainda útil como categoria de análise, passando por adaptações às necessidades de cada grupo que a reivindica, incluindo historiadoras e historiadores, que buscam situar sua trajetória teórica e política, constituída e reelaborada ao longo das últimas três décadas.

Poder/Saber é outra categoria que, a partir de Michel Foucault, auxilia na compreensão da História das mulheres dizendo que esta história também tem sua história, e, portanto, pode ser mudada a cada instante. Essa categoria considera o homem e a mulher como criações e consequências de uma determinada estrutura de poder (Colling, 2015).

Foucault nos oferece algumas ferramentas úteis, como a análise do poder, não como aquele que proíbe, que diz não, mas o poder que incita discursos e nomeia coisas e sujeitos, ele não está situado em um lugar específico, mas está distribuído e agindo em toda a sociedade, em todos os lugares e em todas as pessoas. Através de seus mecanismos, o poder atua como uma força coagindo, disciplinando e controlando os indivíduos. Para Foucault, de acordo com as necessidades e com as realidades de cada local, são produzidas novas relações de poder. Segundo Silva e Oliveira (2015, p.541),

Em Foucault, o poder não é uma entidade coerente, unitária e estável, mas “jogos de poder” que supõem condições históricas de emergências complexas, que implicam em efeitos múltiplos, compreendidos fora do que a análise filosófica identifica

tradicionalmente como o “campo do poder”. Não há poder que seja exercido por uns sobre outros, pois “os uns” e “os outros” nunca estão fixados numa posição, mas sucessiva e até simultaneamente inseridos em cada um dos polos de uma relação. Dessa forma, o exercício do poder não pode ser reduzido a uma relação entre “parceiros” individuais ou coletivos, o poder não é da ordem do consentimento, da renúncia de liberdade, da transferência de direito, não é exclusivo do uso da violência. O poder “é um conjunto de ações sobre ações possíveis”

A análise foucaultiana dos poderes é adequada à pesquisa sobre as mulheres e às relações entre os sexos. Ela observa os micropoderes, suas ramificações, a organização dos tempos e dos espaços, e se ocupa não somente da repressão, mas também da produção dos comportamentos. As práticas foucaultianas da pesquisa histórica demonstram que a historicidade governa a relação entre os sexos, construção social. Ao mostrar em que contexto nascem a figura da mãe triunfante e subjugada, ou a da histórica, Michel Foucault rompe com o eterno feminino dos médicos e dos biólogos cujos discursos, nos séculos 18 e 19, reforçavam a sujeição das mulheres ao seu corpo e a seu sexo.

A Desconstrução de Jacques Derrida é hoje outra importante categoria de análise na história das mulheres. Ele desenvolveu o conceito “desconstrução”, teoria cética sobre a possibilidade do significado coerente, onde sugere que uma leitura desconstrutivista de um texto subverte o que é aparentemente significativo, ao descobrir nele contradições e conflitos. Segundo Ana Colling (2014), para Derrida, a diferença dos sexos, não pertence à ordem do visível, do definível, mas do legível, da interpretação. Silviano Santiago (1995), em um artigo intitulado *Arte Masculina*, interpretando Derrida, demonstra que o que era dado como universal pelos compêndios de filosofia nada mais era do que a confusão entre universalidade e masculinidade. Desconstruir, segundo ele, não significa negar ou anular os valores dados como universais pelo século XIX, mas mostrar aquilo que foi escondido ou recalçado pela universalidade.

Carla Rodrigues (2015, p.151), ao abordar a teoria derridiana da desconstrução, aponta:

A estratégia da desconstrução se desenvolve, em grande medida, sob resultado de um duplo gesto: ao identificar uma estrutura hierárquica nos pares binários da tradição metafísica (universal/singular, sensível/inteligível, essência/aparência, masculino/feminino), Derrida promove o que ele chama de inversão e deslocamento, movimentos que pretendem trazer à tona o polo subordinado e ao mesmo tempo promover um deslocamento dos conceitos que estavam apoiados nesta diferença opositiva (DERRIDA, 1992). Por serem movimentos simultâneos, não fases de um programa, ele recusa o termo “fases” e explica que, para desconstruir uma determinada oposição, é preciso inverter a hierarquia, de maneira a perceber a estrutura conflitiva e subordinante da oposição. A intenção não é apenas fazer emergir o que até então estava recalçado, mas proporcionar um novo recurso ao pensamento. Farão parte deste duplo movimento o deslocamento do conceito de linguagem para o quase-conceito de escritura, o deslocamento do conceito de signo para o quase-conceito de rastro, o deslocamento do conceito de ser para o quase-conceito de *différance*, termos que integram o que chamo aqui de “vocabulário Derrida”. Com este vocabulário,

o pensamento de Derrida se caracteriza pela crítica à metafísica, que para ele será sempre “metafísica da presença”

O pensamento feminista da *diferença*, *outra categoria importante na história das mulheres*, situa-se no campo da pós-modernidade porque sugere a multiplicidade, a heterogeneidade e a pluralidade, e não mais a oposição e a exclusão binária, recorrendo portanto a autores como Nietzsche, Foucault, Deleuze e Derrida. As historiadoras, que passaram da categoria da igualdade para a diferença, sentiram a necessidade de falar de diferenças não somente entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre as próprias mulheres, assim como usar a análise das mulheres como metáfora - metáfora dos sujeitos excluídos pelo discurso da universalidade. Segundo Rodrigues (2015, p. 151),

Différance seria, assim, ao mesmo tempo o movimento de diferenciação e o movimento de adiamento que, juntos, indicariam essa impossibilidade de presença a si, seja de um sujeito, seja de um objeto, seja de um significado. *Différance* entrará no vocabulário de Derrida num momento de questionamento do apelo fenomenológico de Husserl – “de volta às coisas mesmas” –, que em Derrida será deslocado para “a coisa mesma sempre escapa”. Esse escapar é o movimento da *différance*, que faz com que a coisa mesma esteja implicada em dois movimentos: diferenciação e adiamento infinito de sua presentificação, tornando frágil toda identidade dos sujeitos e dos objetos.

A diferença não é contrária à igualdade, mas à identidade. A igualdade das pessoas significa a igualdade de seus direitos civis e políticos, e não o fato de que essas pessoas sejam idênticas umas às outras por sua natureza ou mesmo por sua condição. Não é nas diferenças que reside o problema, mas no modo como elas são hierarquizadas. Fruto desta hierarquia, as mulheres aparecem como inferior aos homens.

O termo *Empoderamento*, derivado da palavra inglesa *empowerment*, que significa dar poder, habilitar, tem sido usado numa perspectiva de gênero como o processo pelo qual as mulheres incrementam sua capacidade de configurar suas próprias vidas. É uma evolução na conscientização das mulheres sobre si mesmas, sobre sua posição na sociedade. A construção e a conquista de políticas públicas sobre equidade de gênero, para corrigir séculos de desigualdade, são reconhecidos como tentativas de empoderamento das mulheres. O empoderamento deve capacitar as mulheres para assumir o poder levando em conta as relações de poder entre homem e mulher, hierarquicamente construídas.

Assim, essa presença/ausência no espaço historiográfico e literário, através da voz narrativa feminina e testemunhal, traz à cena a possibilidade de uma escrita da história, da literatura, voltada à inserção de um sujeito enquanto mulher e testemunha nesse espaço. Para tanto, o desvelamento de transformações significativas no cenário literário e histórico pressupõe a inserção de experiências sob diferentes perspectivas, o que permite a organização de uma historiografia literária, entre outras possibilidades, voltada para obras que presentificam o sujeito feminino, na condição de testemunha

ausente/silenciada frente a eventos históricos que dialogam através da memória e do testemunho. Essa possibilidade caracteriza um levantamento baseado em relações conectadas, inevitavelmente, ao plano individual e coletivo em favor de representações identitárias heterogêneas e em construção.

Deste modo, a voz masculina é onnipresente e determina o que deve ser feito em qualquer atividade, ação política ou social. A partir desta constatação não é difícil reconhecer que quaisquer esforços, tendentes a conferir às mulheres uma participação mais equitativa na gestão social e política, terão sempre de enfrentar as resistências próprias a um *status quo* longamente estabelecido e enraizado.

Na atualidade, o movimento feminista tem focado sua atenção não mais na busca de explicações acerca da conduta feminina, seja na esfera privada ou do cotidiano, mas sim, na busca pela compreensão das transformações culturais. As mulheres escritoras representam as correntes mais vivas e mais críticas do pensamento feminino. A libertação das mulheres, representada na escrita literária, defende a necessidade de uma nova referência do seu próprio ser, como construção de sua identidade social edificada por oposição a toda definição imposta, ao longo dos tempos.

Mas, enfim, existem mais desafios a serem vencidos. Nós pesquisador@s devemos, antes de tudo, examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organizações e representações sociais historicamente situadas. É importante reconhecer como as construções de gênero moldam nossa visão de mundo, em termos de consciência e de comportamento. Aliás, o que parece mais importante na atualidade é a maneira como as mulheres sabem inovar libertariamente, abrindo o campo das possibilidades interpretativas, propondo múltiplos temas de investigação, formulando novas problematizações, incorporando inúmeros sujeitos sociais, construindo novas formas de pensar e viver.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a História das Mulheres. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle. *As Mulheres e a História*. Lisboa: Publicações D.Quixote. 1995.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu- fazendo história das mulheres*, nº 4, p. 40-42, 1995.
- _____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: UNESP, 2007.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- _____. Gênero e Educação: Um diálogo Possível? Revista Contextoe Educação-Editora UNIJUÍ - Ano 19 - nº 71/72 - Jan./Dez.2004

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. História das Mulheres no Ocidente. *A Antiguidade*, Vol 1, Porto: Edições Afrontamento, 1990.

_____. *As Mulheres e a História*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995.

FRAISSE, Geneviève. *Del consentimiento*. México: UNAM, PUEG, 2012

FOUCAULT, Michel. *Estratégias, poder-saber*. Coleção Ditos e Escritos (IV). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

LOBO, Luiza. *A literatura de autoria feminina na América Latina*. Disponível em: <<http://members.tripod.com/~lfilipe/LLobo.html>> Acesso em: 20 jan.2016.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro:Graal, 1989.

PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu- fazendo história das mulheres*, nº 4, pp.9-28, 1995.

_____. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *Une histoire de femmes est-elle possible?*. Paris: Rivages,1994.

RODRIGUES, Carla. Derrida, Jacques (desconstrução, différence) In: COLLING, Ana; TEDESCHI (org.) *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, EDUFGD, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Vol. 20, jul – dez, 1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres: uma introdução teórica–metodológica*. Dourados- MS: EDUFGD, 2013.

TELLES, Norma. Escritoras, escrita e escritura. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Edu-Unesp, 2002.

PEDRO, Joana; VEIGA, Ana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana; TEDESCHI (org.) *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: EDUFGD, 2015.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 2008.

SANTIAGO, Silviano. Arte Masculina. In: NOLASCO, Sócrates (org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro, Rocco, 1995.

WOOLF, Virginia. *Profissões para Mulheres*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.